

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR até dezembro de 2022 e Ministério das Cidades – Mcid a partir de janeiro de 2023, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo MDR / MCid, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e
- e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem Metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou Patrimônio Líquido negativo conforme descrito na **Nota 14 – Patrimônio Líquido**.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 15 de março de 2023.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela **Legislação Societária Brasileira**, além dos pronunciamentos técnicos do **Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC** e das **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC**, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As **Notas 8b – Imobilizações em Andamento; 8c –Impairment; 10 – Provisão para Contingências e 22 – Programa Nacional de Desestatização**, se inserem nesse contexto.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

I. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

III. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme **CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração** e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil – **BACEN nº 3.284** de 25/05/2005.

IV. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2023 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o **CPC 16 – Estoques**.

V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;

A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 09/01/2023, identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis no valor de R\$ 8.711 mil. Quanto a necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação entendemos não ser necessária no momento.

- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- O intangível está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

VI. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Ativos e passivos contingenciais

Um ativo ou passivo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

ii. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

VIII. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

IX. Determinação do Valor Justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

X. Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e o Regramento da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na **NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado**.

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2021 e de 31/12/2020, para fins de comparação, de acordo com **NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro**. Esses ajustes estão referenciados nas **Notas 06b – Depósitos Judiciais, 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento) e 14 – Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados)**.

As retificações referem-se:

- a) Ao trabalho de levantamento da base de depósitos judiciais, executado por uma equipe interdisciplinar em 2022, que resultou em uma baixa total de R\$ 55.290 mil, sendo R\$ 51.541 mil, referente aos anos anteriores conforme detalhado na **Nota 06b – Depósitos Judiciais**;

Para efeito de comparabilidade a empresa retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 2020, pois não haveria possibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados nos exercícios anteriores a 2020, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.

- b) Identificação, pela companhia, de que em 2020 houve um registro em duplicidade de Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 46.693 mil, cujo o registro original ocorreu em 2019, conforme detalhado na **Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento)**;

Segue a composição do Balanço Reapresentado – **valores em R\$ mil**:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

BALANÇO PATRIMONIAL									
	31/12/21 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/21 REAPRESENTADO	31/12/20 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/20 REAPRESENTADO	01/01/20 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	01/01/20 REAPRESENTADO
ATIVO									
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
DEPÓSITOS JUDICIAIS	207.671	(51541)	156.130	218.851	(50.739)	168.112	501884	(49.278)	452.606
IMOBILIZADO	2.457.086	46.693	2.503.779	2.488.535	46.693	2.535.228	-	-	-
	2.673.827	(4.848)	2.668.979	2.994.654	(4.046)	2.990.608	3.368.501	(49.278)	3.319.223
TOTAL DO ATIVO	2.851.006	(4.848)	2.846.158	3.177.067	(4.046)	3.173.021	3.531.165	(49.278)	3.481.887
PASSIVO									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	(7.855.123)	(4.848)	(7.859.971)	(6.953.031)	(4.046)	(6.957.077)	(6.502.776)	(49.278)	(6.552.054)
	(1.167.330)	(4.848)	(1.172.178)	(297.221)	(4.046)	(301.267)	135.405	(49.278)	86.127
TOTAL DO PASSIVO	2.851.006	(4.848)	2.846.158	3.177.067	(4.046)	3.173.021	3.531.165	(49.278)	3.481.887
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE									
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(136.447)	(802)	(137.249)	(157.445)	(1461)	(158.906)	(14198)	(49.278)	(191196)
PROVISÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS	-	-	-	(80.312)	46.693	(33.619)	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)
	(1.167.330)	(4.848)	(1.172.178)	(297.221)	(4.046)	(301.267)	135.405	(49.278)	86.127
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL									
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.855.123)	(4.848)	(7.859.971)	(6.953.031)	(4.046)	(6.957.077)	(6.502.776)	(49.278)	(6.552.054)
	(1.167.330)	(4.848)	(1.172.178)	(297.221)	(4.046)	(301.267)	135.405	(49.278)	86.127
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC									
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)
DEPÓSITOS JUDICIAIS	11.180	802	11.982	283.033	1461	284.494	(25.737)	49.278	23.541
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA									
ENERGIA, SERVIÇOS OUTRAS DESP. OPER.	215.727	802	216.529	251.867	1461	253.328	236.817	49.278	286.095
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)

NOTA 04 – DISPONIBILIDADE

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Segue a composição da Disponibilidade – **valores em R\$ mil:**

	Dez/2022	Dez/2021
Caixa	34	80
Conta Única do Tesouro Nacional	65.072	44.732
Valores em Trânsito	1.693	3.491
Aplicações Financeiras	1.137	69.949
Total:	67.936	118.252

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema da extinta STU de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no primeiro trimestre a discussão com as demais áreas envolvidas (MDR, Ministério da Economia e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN)

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na participação tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife em cobrança judicial, a CBTU considerando os preceitos do **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Segue a composição Contas a Receber – **valores em R\$ mil**:

	Dez/2022	Dez/2021
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	454	2.238
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	521	698
Créditos em Liquidação	99.782	99.447
OUTRAS	660	506
	116.285	117.757
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.299)	(110.299)
Total:	5.986	7.458

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

- a) **Penhoras Judiciais** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife.

Segue a composição das Penhoras Judiciais – **valores em R\$ mil**:

	Dez/2022				Dez/2021			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	71.568	6.172	225	77.965	86.652	6.056	225	92.933
Penhoras do Período	30.280	-	-	30.280	40.986	397	-	41.383
Recuperação de Penhoras	(22.721)	-	-	(22.721)	(56.070)	(281)	-	(56.351)
Baixa BH	(79.127)	-	-	(79.127)	-	-	-	-
Saldo do Exercício	-	6.172	225	6.397	71.568	6.172	225	77.965

- b) **Depósitos Judiciais** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença.

Em março/2022, a CBTU celebrou convênio com o Banco do Brasil com vistas a acompanhar os depósitos efetuados em juízo, a certificar tempestivamente os valores corrigidos utilizados na liquidação das ações trabalhistas, e a recuperar eventuais valores que não tenham sido utilizados na ocasião da execução. Igualmente, e com finalidade similar, formalizou contrato junto à Caixa Econômica Federal em dezembro/2022.

Outrossim, para fortalecer os controles internos mormente no que pertine aos depósitos judiciais, em setembro/2022 a Diretoria Executiva designou grupo de trabalho interdisciplinar, constituído por empregados das áreas jurídica e contábil-financeira da Administração Central e Superintendências, o qual desenvolveu as seguintes ações no curso do exercício 2022:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

- Saneamento das inconsistências que consistiu no expurgo de valores registrados a título de custas processuais, garantia de juízo, condenação, honorários periciais etc.;
- Identificação dos valores de depósitos vinculados aos processos judiciais arquivados;
- Edição de normativo estabelecendo responsabilidades e procedimentos relacionados aos pagamentos e os registros contábeis das despesas jurídicas e regulando o fluxo de informações entre as áreas jurídica e contábil-financeira;
- Edição de ato administrativo regulamentado, a baixa em conta contábil dos depósitos recursais vinculados aos processos judiciais arquivados. O referido ato se embasou no entendimento sedimentado pelo grupo de trabalho, o qual, entre outros, considerou que: a recuperação dos valores apresentava elevado grau de incerteza; o arquivamento processual pressupõe o cumprimento de todas as etapas e, por conseguinte, a própria dedução de depósitos recursais na fase de execução; o princípio da prudência, o qual adota uma postura, em situações nas quais existem duas alternativas igualmente prováveis, que resulte no menor patrimônio líquido, seja através de um maior valor ao passivo ou de um menor valor ao ativo;
- Edição de ato administrativo estabelecendo os critérios para a recuperação dos valores remanescentes em contas judiciais existentes no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal que sejam favoráveis à Companhia em processos que se encontram arquivados e/ou com movimentação de execução finalizada.

Conforme descrito nas **Notas 03b – Reclassificação e 14 – Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados)**, foi baixado o montante total de R\$ 55.290 mil de depósitos judiciais, R\$ 51.541 mil é referente a períodos anteriores a 2022 e R\$ 3.749 mil referente ao exercício de 2022.

As ações adotadas em sede do referido grupo de trabalho, cujos resultados parciais repercutiram diretamente nos controles internos da Companhia, associadas aos efeitos da cisão da Subsidiaria CBTU-MG, culminaram em redução substancial na Conta Contábil Depósitos Judiciais, conforme o quadro abaixo.

Segue a composição de Depósitos Judiciais – valores em R\$ mil:

	31/12/2022	31/12/2021 REAPRESENTAÇÃO	31/12/2020 REAPRESENTAÇÃO	01/01/2020
Saldo do Exercício Anterior	78.165	75.179	76.703	125.981
Adições	15.180	6.606	45.631	-
Baixa - Cisão CBTU-MG	(40.792)	-	-	-
Baixas	(3.749)	(3.620)	(47.155)	(49.278)
Saldo do Exercício	48.804	78.165	75.179	76.703

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

NOTA 08 – IMOBILIZADO:

a) Segue a composição do Imobilizado Geral – **valores em R\$ mil:**

	Dez/2022	Dez/2021 REAPRESENTADO	Dez/2020 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	2.503.779	2.535.228	2.641.518
Adições / Doação	99.433	46.552	20.986
Baixas	(3.446)	(1.837)	(5.441)
Baixas BH	(225.229)	-	-
Impairment	(8.698)	-	-
Depreciações	(66.666)	(76.164)	(88.216)
Ajustes	-	-	(33.619)
Saldo do Exercício	2.299.173	2.503.779	2.535.228

a.1) Segue a composição do Imobilizado Detalhado – **valores em R\$ mil:**

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Dez/2022	Dez/2021 REAPRESENTADO	Dez/2020 REAPRESENTADO
Terrenos	-	364.088	364.088	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	649.986	649.646	648.034
Instalações	2,00 a 3,33	852.217	848.137	841.737
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	829.177	1.150.063	1.157.555
Veículos	20	9.661	12.058	12.158
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	43.327	72.286	74.973
Outras Imobilizações Tangíveis	10	38.833	44.051	36.983
Imobilizações em Andamento	-	976.683	903.618	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	444.882	452.281	452.317
		4.208.854	4.496.228	5.155.428
Depreciações Acumuladas		(1.364.590)	(1.456.056)	(1.380.390)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(545.091)	(536.393)	(1.239.810)
Total:		2.299.173	2.503.779	2.535.228

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações na extinta STU de Belo Horizonte e na STU Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Conforme descrito nas **Notas 03 – Reclassificação e 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento)**, no exercício de 2020 houve um lançamento de ajuste na conta de Provisão ao Valor Recuperável de Ativos, conta retificadora do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 46.693 mil. Ocorre que em 2019 este valor já havia sido considerado no lançamento, de Provisão ao Valor Recuperável, tendo o valor lançado em 2020 em duplicidade, os efeitos desse ajuste foram efetuados a débito da Provisão do Valor Recuperável de Ativos e a Crédito do Resultado daquele exercício.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento no **CPC 27 – Ativo Imobilizado** e no **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

Segue a composição das Imobilizações em Andamento – **valores em R\$ mil**:

	Dez/2022	Dez/2020 REAPRESENTADO	Dez/2020 REAPRESENTADO
Sistema de Belo Horizonte	67.569	73.508	68.111
Sistema de Recife	186.833	183.376	139.321
Sistema do Rio de Janeiro	272.684	272.684	651.803
Sistema de São Paulo	230.090	230.090	554.388
Outras Obras	219.507	143.960	152.844
Subtotal:	976.683	903.618	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(545.091)	(536.393)	(1.239.810)
Total:	464.402	400.035	359.467

c) Impairment:

A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 09/01/2023, identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis no montante de R\$ 8.711 mil.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Quanto a necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação entendemos não ser necessária no momento.

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido. As aquisições do exercício são referentes a licenciamento se software perpétuo, por assinatura e software como serviço (SAAS).

Segue a composição do Intangível – **valores em R\$ mil**:

	Dez/2022	Dez/2021
Saldo do Exercício Anterior	5.351	5.363
Adições	13.375	-
Baixas	1.271	-
Amortizações	-	12
Saldo do Exercício	17.455	5.351

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e o **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2022 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Segue a composição de Provisão para Contingências – **valores em R\$ mil**:

PROVÁVEIS	CÍVEIS	TRABALHISTAS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	513.080	140.461	63.971	717.512
Reversão de Provisão	(19.424)	(88.612)	(56.012)	(164.048)
Pagto de Sentenças	(493.656)	(51.849)	(7.959)	(553.464)
Provisão do Exercício	281.919	133.937	37.101	452.957
Saldo do Exercício	281.919	133.937	37.101	452.957

Das 3.731 ações de natureza trabalhista, 691 foram classificadas como prováveis e 1.277 como possíveis. Das 1.669 ações de natureza cível, 376 foram classificadas como prováveis e 529 como possíveis. Das 274 ações de natureza tributária, 118 foram classificadas como prováveis e 38 como possíveis.

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extra, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Nas ações trabalhistas que foram classificadas como prováveis, estimasse o pagamento de R\$ 84.570 mil nos próximos 12 meses e R\$ 49.367 mil a partir de 01/01/2024.

Nos pagamentos de ações trabalhistas em 2022, destaque para os montantes de R\$ 33.812 mil de uma ação movida pelo Sindicato dos Metroviários da extinta STU de Belo Horizonte referente a diferenças salariais adicionais de tempo de serviço, férias, horas extras, abonos, gratificações, etc., e de R\$ 10.465 mil de uma ação de referente a equiparação salarial de segurança metroviário dos empregados transferidos do Rio de Janeiro para Belo Horizonte.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

Merece destaque a ação cível de nº 0820880-66.2019.4.05.8300 que se refere à cobrança movida pela Construtora OAS S/A, postulando o ressarcimento das despesas adicionais que na execução do Contrato 19/98-DT, teve de suportar em função, principalmente, do atraso na entrega das áreas que encerrariam o sítio da obra contratante, atraso esse imputável exclusivamente à CBTU, que de acordo com as alegações da construtora, a própria CBTU veio a reconhecer durante os debates em primeira instância (Processo nº 001.2005.0202827-6). Devido ao andamento processual, estima-se que a CBTU deva realizar a garantia do juízo no valor estimado de R\$ 220.022 mil em menos de 12 meses. Portanto, o risco provável que era classificado como não circulante, passou a ser classificado como circulante.

A ação de cobrança nº 0292185-80.2014.8.19.0001 ajuizada pela Construtora Ferreira Guedes S/A, objetivando, em síntese, a incidência de correção monetária e expurgos econômicos nas faturas pagas com o atraso em contratos firmados com a extinta RFFSA e CBTU, bem como, o pagamento de indenização por perdas e danos decorrentes da referida inadimplência, que anteriormente havia sido classificada como risco provável circulante no valor de R\$ 392.490 mil, deixou de integrar o Relatório de Riscos Fiscais, uma vez que a CBTU realizou a garantia do juízo com o depósito de R\$ 393.407 mil em 20/10/2022.

Para o cumprimento das ações cíveis que foram classificadas como prováveis, a estimativa é que seja pago o valor de R\$ 231.609 mil nos próximos 12 meses e R\$ 50.310 mil a partir de 01/01/2024.

As ações de natureza tributária são referentes às execuções fiscais e tributárias (impostos, taxas e contribuições previdenciárias).

Para o cumprimento das ações tributárias classificadas como prováveis, a estimativa é que seja pago o valor de R\$ 17.046 mil nos próximos 12 meses e R\$ 20.055 mil a partir de 01/01/2024.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Segue a composição de Possíveis das Ações – **valores em R\$ mil:**

POSSÍVEIS	Dez/2022	Dez/2021
Trabalhistas	270.761	302.343
Cíveis	83.004	76.877
Tributários	1.152	54.308
Total:	354.917	433.528

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

Referem-se as obrigações diversas a pagar onde os valores mais relevantes são as de Pensões Vitalícias e de Descentralização Orçamentária / Financeira do MDR, e que será baixada no exercício de 2023, conforme demonstrativo abaixo:

Segue a composição de Obrigações a Pagar – **valores em R\$ mil:**

	Dez/2022	Dez/2021
Pensão Vitalícia	3.007	3.677
Integração Tarifária	231	1.410
Descentralização	30.632	-
Outras	1.696	648
Total:	35.566	5.735

NOTA 12 – RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O saldo em 30/06/2022 foi integralmente utilizado na constituição da subsidiária integral da CBTU, conforme **Nota 23 – Criação e Cisão de Subsidiária**.

NOTA 13 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

No exercício, permanece ainda o valor de R\$ 134 mil (2021 – R\$ 9.142 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.

Em 26/04/2022, houve uma subscrição do Capital Social, conforme Ata AGE de nº 04-2022 de 26/04/2022, no valor de R\$ 63.452 mil sendo R\$ 55.910 mil de ingressos de capital referentes aos anos de 2019 e 2020 (R\$ 37.787 e R\$ 18.123 mil, respectivamente) e R\$ 7.542 mil referentes a atualização da SELIC.

Conforme descrito na **Nota 23 – Criação e Cisão de Subsidiária**, o Capital Social da CBTU teve uma redução de R\$ 334.349 mil decorrente da cisão da subsidiária integral CBTU-MG.

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no **CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08**, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Patrimônio Líquido Negativo

A CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 1.325.090 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal, não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Prejuízo Acumulado

Conforme as disposições da **NBC-TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** foram efetuadas as seguintes regularizações:

- a) Face ao resultado do grupo de trabalho constituído pela Diretoria Executiva da CBTU, foi apurado o montante total de R\$ 55.290 mil referente a baixas dos depósitos judiciais, sendo que R\$ 51.541 mil se referente a anos anteriores ao exercício de 2022, conforme a **Nota 03a – Reapresentação** e a **Nota 06b – Depósitos Judiciais**;
- b) Conforme descrito na **Nota 03b – Reclassificação** e na **Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento)**, foi efetuada a regularização do valor de R\$ 46.693 mil referente a Redução de Valor Recuperável do Imobilizado.

NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados – **valores em R\$ mil**:

	Dez/2022	Dez/2021
Pessoal, Encargos e Benefícios	516.894	527.348
Concessionárias	51.757	55.588
Serviços de Terceiros	133.603	124.613
Materiais	20.983	24.707
Total:	723.237	732.256

NOTA 16 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As variações mais relevantes foram decorrentes das baixas nas contas de depósitos judiciais no montante de R\$ 3.749 mil, conforme demonstrado na **Nota 06 – Depósitos Judiciais** e da liberação de recursos no montante de R\$ 30.632 mil, conforme demonstrado na **Nota 11 – Obrigações a Pagar**.

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Corresponde a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

Segue a composição das Subvenções Recebidas – **valores em R\$ mil**:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

	Dez/2022	Dez/2021
Pessoal, Encargos e Benefícios	625.216	629.531
Despesas Decorrentes de Sentenças	919.155	569.818
Custeio	84.543	53.764
Juros e Encargos da Dívida	-	17.448
Total:	<u>1.628.914</u>	<u>1.270.561</u>

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras – valores em R\$ mil:

RECEITAS FINACEIRAS	Dez/2022	Dez/2021
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	1.988	81
Variação Cambial de Depósitos Especiais	-	951
Juros de Aplicações Financeiras	2.733	1.692
Outras	68	46
TOTAL	<u>4.789</u>	<u>2.770</u>

DESPESAS FINACEIRAS	Dez/2022	Dez/2021
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	380.693	885.141
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	-	1.798
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	231	373
Baixa de Tributos a Recuperar	273	
Outras	348	1.459
TOTAL	<u>381.545</u>	<u>888.771</u>

Total:	<u>(376.756)</u>	<u>(886.001)</u>
---------------	-------------------------	-------------------------

NOTA 19 – INDÍCES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	Dez/2022	VAR %	Dez/2021
LIQUIDEZ CORRENTE	0,13	(27,78)	0,18
LIQUIDEZ GERAL	0,04	(60,00)	0,10
ENDVIDAMENTO	153,44	21,31	126,48
SOLVENCIA GERAL	0,65	(17,72)	0,79
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,35)	20,69	(0,29)
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(173,51)	(18,61)	(213,18)

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no **CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas**, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

Segue a composição das Partes Relacionadas – **valores em R\$ mil**:

PARTE RELACIONADA	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO	
		Dez/2022	Dez/2021
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	2.112	146	438
DATAPREV	302	-	302
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	410	15	5
IMPRESNA NACIONAL	131	-	107
PETROBRÁS	25.924	7.077	11.222
PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	PARTE RELACIONADA		
JOSÉ MARQUES DE LIMA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE - CBTU		
ADRIANA FONSECA LINS	DIRETOR TÉCNICO - CBTU		
EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA	DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU		
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO	GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA - CBTU		
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
EDSON SILVEIRA SOBRINHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
MANOEL RENATO MACHADO FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
MARCELO RIBEIRO M. OREIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
MARCIO RIBEIRO M. MONTEIRO GEA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
RAFAEL MAGALHÃES FURTADO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		

a) Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU, gerido pela REFER, é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes. De todo modo, todas as hipóteses envolvidas no cálculo atuarial e apresentadas neste tópico, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Segue o demonstrativo das Hipóteses Atuariais:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2022	31/12/2021	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuariais do Plano ⁽¹⁾	4,75% ao ano	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido nos regulamentos dos planos.
Crescimento Real de Salário ⁽¹⁾⁽²⁾	2,00% ao ano	2,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial da patrocinadora do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários ⁽³⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade ⁽¹⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da Entidade verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS ⁽³⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade ⁽⁴⁾	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Reflete as taxas de desligamento da patrocinadora, por causas diferentes de morte, invalidez ou aposentadoria, inclusive daqueles que se desligam do plano sem se desligarem da patrocinadora.
Tábua de Mortalidade	AT-83	AT-83	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevooss	Winklevooss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez	Lighth Média	Lighth Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses ⁽⁵⁾			
Percentual de casados	90%	90%	Projeta o perfil familiar dos participantes.
Diferença de idade entre homem e mulher	4 anos	4 anos	

(1) O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

(2) A hipótese de crescimento salarial foi indicada pela Patrocinadora, considerando a sua expectativa futura de reajustes salariais.

(3) A hipótese de rotatividade foi indicada pela Patrocinadora considerando sua expectativa futura de desligamentos dos Participantes do Plano. De forma conservadora, estamos considerando que 100% dos Participantes optam pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido na data do término do vínculo empregatício.

(4) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias. O fator de 98% indica que, em média, os benefícios perdem 2% do seu valor entre duas datas de reajuste, que seria a situação verificada com uma inflação anual compreendida no intervalo de 3,4% a 5,7% e reajustes anuais para reposição dessa inflação.

(5) Aplicável a todos os Participantes Ativos e Assistidos, tendo em vista que a composição familiar dos mesmos não foi disponibilizada pela REFER.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES DO PLANO

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Participantes (*)	1.416	2.055
Assistidos (**)	1.022	967
Beneficiários	504	499
Total:	<u>2.942</u>	<u>3.521</u>

Obs.: (*) O quantitativo de Participantes abrange os participantes Ativos, Auto patrocinados e Vinculados (BPD).

(**) O quantitativo de Assistidos abrange as Aposentadoria Programadas, Não Programadas (Invalidez e Incapacidade Vitalícia) e Auxílios (Doença, Reclusão e Incapacidade Temporária).

Em 19 de abril de 2021, foi homologado o acordo para pagamento da dívida da CBTU com a REFER no montante de R\$ 2.780.411 mil, base 31/03/2020.

O acordo será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC. O acordo resolve o déficit anteriormente existente nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 349.505 mil no passivo circulante e R\$ 2.892.914 mil no passivo não circulante.

Segue a composição da REFER – **valores em R\$ mil:**

	<u>Dez/2022</u>	<u>Dez/2021</u>
Saldo do Exercício Anterior	<u>3.202.232</u>	<u>2.655.933</u>
Juros e Encargos	380.827	885.141
Pagto Antes do Acordo	-	(23.341)
Pagto Depois do Acordo	(340.640)	(315.501)
Saldo do Exercício	<u>3.242.419</u>	<u>3.202.232</u>

De acordo com as informações mais atualizadas da REFER o plano apresentou superávit de R\$ 166.925 mil em 31/12/2022, não havendo necessidade de provisionamento de eventual plano de equacionamento.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

NOTA 21 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

O plano de cargos e salários da CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados.

Segue a composição das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados em 31 de dezembro de 2022:

- Com relação aos conselheiros de administração e de fiscal, a média mensal por conselheiro foi de R\$ 2.512,37;
- Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R\$ 25.705,66 e R\$ 22.352,89, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 23.470,48;
- Com relação aos empregados da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R\$ 46.613,17 e R\$ 1.954,06, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 10.733,34;
- A quantidade de empregados é de 2.712.

Cabe ressaltar que todo salário acima do teto constitucional de R\$ 39.293,32 sofre corte até este valor.

NOTA 22 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

A reestruturação societária está em curso, o que implicará na alteração da estrutura societária da CBTU de matriz e filiais para uma Holding, no caso da Administração Central, com 5 subsidiárias integrais.

NOTA 23 – CRIAÇÃO E CISÃO DE SUBSIDIÁRIA

Em assembleia realizada no dia 13/04/2022, em conformidade com as Resoluções do PPI, conforme descrito na **Nota 22 – Programa Nacional de Desestatização** foi deliberado pela criação da CBTU-MG, subsidiária integral da CBTU; com a incorporação dos ativos, com exceção dos bens imóveis e dos passivos, com exceção das provisões cíveis, da filial da CBTU em Belo Horizonte.

Em 28/09/2022, em assembleias realizadas na CBTU e na VDMG (Empresa Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A), foi de deliberado a cisão da CBTU-MG da CBTU para a VDMG, conforme o Protocolo de Cisão e Laudo de Avaliação Contábil com a data base de 30/06/2022 bem como as variações patrimoniais entre a data do laudo de avaliação e a data da cisão.

A cisão, na CBTU, resultou na redução da conta de Investimentos e Capital Social no montante de R\$ 334.349 mil

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

ADRIANA FONSECA LINS
Diretor de Administração e Finanças – Interino

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador – CRC-RJ 062.918